

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
LETRAS LIBRAS - LICENCIATURA**

Marcos Robert Barbosa de Menezes Filho

**O Ensino da Língua Portuguesa (L2) como segunda língua do surdo na sala de aula inclusiva do
ensino regular**

MACEIÓ/ALAGOAS

2024

Marcos Robert Barbosa de Menezes Filho

O Ensino da Língua Portuguesa (L2) como segunda língua do surdo na sala de aula inclusiva do ensino regular

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora como exigência parcial para obtenção da graduação em Licenciado em Letras Libras, pela Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Prof^o. Me. Nágib José Mendes dos Santos

MACEIÓ/ALAGOAS

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
LETRAS-LIBRAS - LICENCIATURA



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14h00, foi instalada a 53ª Sessão de Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**O Ensino da Língua Portuguesa como Segunda Língua (L2) do Surdo na Sala de Aula Inclusiva do Ensino Regular**”, do discente Marcos Robert Barbosa de Menezes Filho (Matrícula 18212518), tendo como Banca Examinadora, já referendada pelo Colegiado do Curso Letras Libras, os docentes: **Prof. Dr. Nágib José Mendes dos Santos - UFAL** - orientador; **Profa. Dra. Edineide dos Santos Silva – UFAL**, avaliadora; e **Prof. Dr. Jânio Nunes dos Santos - UFAL**, avaliador. A banca foi presidida pelo **Prof. Dr. Nágib José Mendes dos Santos – UFAL**. Iniciados os trabalhos, foi dado a cada examinador um período máximo de 30 (trinta) minutos para a arguição. Terminada a apresentação do trabalho, procedeu-se o julgamento final. Apuradas as notas, o discente foi considerado **APROVADO**. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados para a lavratura da presente Ata, que, depois de lida, foi assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

Maceió/AL, 21 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br NAGIB JOSE MENDES DOS SANTOS
Data: 23/03/2024 17:23:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1ª Examinadora:

Prof. Dr. Nágib José Mendes dos Santos (orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br EDINEIDE DOS SANTOS SILVA
Data: 28/03/2024 17:11:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2º Examinadora

Profa. Dra. Edineide dos Santos Silva

Documento assinado digitalmente
gov.br JANIO NUNES DOS SANTOS
Data: 25/03/2024 13:05:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

3º Examinador

Prof. Dr. Jânio Nunes dos Santos

Ensino de Língua Portuguesa (L2) como segunda língua do surdo na sala de aula inclusiva do ensino regular

FILHO, Marcos Robert Barbosa de Menezes¹

Orientador: SANTOS, Nagib Jose Mendes²

Resumo: Este trabalho objetiva discutir a inclusão do aluno surdo na sala de aula inclusiva do ensino regular, devido a isso a pesquisa toma como primeira língua a LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais e esta servirá de base para a aquisição de uma segunda língua. No caso do Brasil, a língua portuguesa como modalidade escrita, sendo esta a língua majoritária do Brasil. Tendo como base o Art. 3º, da Lei de Libras nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que garante ao surdo o direito de ter sua própria língua, oficializada nacionalmente como a segunda língua da comunidade surda do Brasil. Nesse sentido, pode-se assegurar que constitucionalmente o surdo tem direito à educação e à saúde, como também a um intérprete educacional para traduzir da língua portuguesa para a língua de sinais e vice-versa. Assim, esta pesquisa elege propostas de estratégias pedagógicas adequadas ao ensino da língua portuguesa como segunda língua do surdo no processo escolar, dinamizando recursos específicos para o desenvolvimento na aprendizagem destes alunos, visto que a inclusão vem passando por uma mudança no olhar, no pensar, no repensar, no ressignificar, no inovar e no agir das pessoas que hoje sente a necessidade de incluir os surdos, entendendo que eles são capazes.

Palavras-chave: escola regular, educação inclusiva, língua de Sinais, Libras, língua portuguesa, alfabetização.

1 Introdução

O presente trabalho possui como tema o ensino de língua portuguesa como segunda língua (L2) do surdo na sala de aula inclusiva do ensino regular como segunda língua (L2) na modalidade escrita pelos professores da sala de aula inclusiva do ensino regular. No entanto traremos algumas questões que irão apontar os seguintes questionamentos: De que maneira o aluno surdo é alfabetizado? Como acontece o processo de alfabetização deste aluno? De que forma a pessoa surda adquire o acesso ao conhecimento, a independência e a interação social como cidadão de uma sociedade em que a língua majoritária é a língua portuguesa?

Diante desta temática apontaremos alguns objetivos que serão destacados: compreender a importância da prática pedagógica desenvolvida pelo professor na perspectiva de alfabetizar o surdo em sua língua materna como língua de instrução para a aquisição da língua portuguesa no processo de alfabetização; identificar e descrever as características dos recursos didáticos visuais que serão utilizados; analisar a partir da experiência visual dos alunos surdos, se os recursos didáticos trabalhados no Atendimento Educacional Especializado – AEE, assim como também na sala de aula regular proporcionam a aprendizagem na escrita da segunda língua; oferecendo condições para que os alunos desenvolvam as suas habilidades.

Buscamos no decorrer dessa pesquisa mostrar que a educação dos surdos traz em sua trajetória histórica marcos de lutas, derrotas e vitórias na busca de seus direitos pelo seu espaço como cidadãos de uma sociedade em que seus direitos e deveres devem ser garantidos e respeitados. No entanto esse estudo está fundamentado em referenciais teóricos de diversos estudiosos, assim como também na prática pedagógica desenvolvida por professoras do AEE. Tendo como base Felipe (1983, 2007); Fernandes (1990, 2007); Góes (1996, 1999, 2000) Mantoan (2006) Quadros (1997, 2000, 2004, 2006); Skiliar (1999); Salles (2005- Vol.1 - 2) Galafassi (2007).

Para tanto foram realizadas e adaptadas algumas atividades desenvolvidas pelas professoras de AEE em parceria com a professora da sala de aula regular a qual desenvolveram um trabalho pedagógico de acordo com a metodologia aplicada, pois sabemos que os primeiros contatos do surdo com a escrita em segunda língua serão desenvolvidos fazendo uma relação entre palavras/gravuras e sinal, visto que a

partir desta proposta os alunos poderão desenvolver uma aquisição tanto de L1 quanto de L2.

Através dessa prática o aluno surdo estará associando e aprendendo os sinais referentes a cada palavra escrita em língua portuguesa e assim adquirindo uma comunicação em L1 com vocabulário L2 e ao mesmo tempo iniciando a leitura e a compreensão de acordo com o desenvolvimento do seu aprendizado em segunda língua, aclarando que a leitura para este sujeito significa a identificação do que está escrito e não como associação da forma escrita com a falada.

É importante elencar que no decorrer deste estudo estaremos apresentando as atividades que foram desempenhadas pelos professores inseridos neste trabalho, assim como também os resultados obtidos.

2. A importância de Libras no processo de alfabetização em língua portuguesa

É através da Língua de Sinais que os surdos terão acesso ao desenvolvimento da cidadania, alfabetização, aquisição de conhecimentos, o que promove e garante o acesso a interação social e cultural como seres humanos. A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente registrar o que conhece e comunicar-se com outros homens. Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como indivíduo capaz de produzir transformações que nunca teria imaginado. Nesse sentido, faz-se necessário propiciar estratégias para que o aprendizado de uma língua seja o mais eficiente possível e que possa garantir maior interação social.

Para os surdos, a língua de sinais é a única língua que permite a eles ascender a todas as características linguísticas da “fala”. Nessa dimensão, é indispensável a total assimilação da linguagem pela criança surda no desenvolvimento de seu aprendizado, pois sabemos que a língua de sinais permite à criança surda descobrir a comunicação linguística no momento em que todas as crianças surdas fazem esta descoberta. Skliar (1999, p. 97) complementa que a “Língua de Sinais anula a deficiência e permite que os surdos constituam então uma comunidade linguística minoritária diferente e não um desvio na normalidade”.

Nesse sentido, podemos afirmar que somente a língua de sinais permitirá que sejam retornadas, para a criança surda, as condições naturais de assimilação da sua língua materna. Entretanto é de suma importância definir qual identidade cada sujeito possui, observando que com os surdos não é diferente, a identidade é a construção de o seu próprio ser, é o ato de se aceitar enquanto surdo, porém, se essa aceitação não acontece, falta-lhe, portanto, a identidade surda.

Segundo Quadros (2000, p. 54), “identidade/cultura surda envolve o incentivo da formação e preservação da identidade surda através do reconhecimento e valorização da comunidade surda e produção cultural específica”.

As crianças precisam dominar tais relações para explorar toda a capacidade criativa que pode ser expressa por meio da sua língua e tornar possível o amadurecimento da capacidade lógica cognitiva para aprender uma segunda língua, visto que é através da língua que as crianças discutem e pensam sobre o mundo, constituindo assim suas relações e organizando seus pensamentos. As histórias e as

leituras são meios que devem ser explorados para apresentar à criança todos os recursos possíveis.

As relações cognitivas que são fundamentais para o desenvolvimento escolar estão diretamente relacionadas à capacidade da criança em organizar suas ideias e pensamentos por meio de uma língua na interação com os demais colegas e adultos. O processo de alfabetização vai sendo esboçado com base neste processo de descoberta da própria língua e de relação expressadas por meio da língua.

A riqueza de informação torna-se fundamental, pois a interação passa a apresentar qualidade e quantidade que torna o processo educacional rico e complexo. A alfabetização passa, então, a ter valor real para a criança.

É de suma importância ressaltar que o processo de alfabetização deve ser realizado por meio de registros das produções das crianças, no entanto as formas iniciais são necessariamente visuais e precisam refletir sobre a complexidade da língua de sinais, explorando a produção de vídeos literários de adultos, bem como das próprias produções das crianças, esses são meios de garantir um registro da produção em sinais com qualidade.

A filmagem de adultos produzindo histórias, assim como dos próprios alunos, são instrumentos valiosos no processo de reflexão sobre língua, além é claro, de serem instrumentos que as crianças curtem. Assim, uma forma escrita da língua de sinais torna-se emergentes para a continuidade do processo de alfabetização. O sistema escrito de sinais expressa as configurações de mãos aos movimentos, as direções, a orientação das mãos, as expressões faciais associadas aos sinais, como também relações gramaticais que são impossíveis de serem captados através de sinais, assim como qualquer outro sistema de escrita, que faz parte do processo.

O sistema escrito de sinais é uma porta que se abre no processo de alfabetização de crianças surdas que dominam a língua de sinais utilizada no país. Esse sistema envolve a composição das unidades mínimas de significados da língua compondo estruturas em forma de textos.

A criança surda que está passando por um processo de alfabetização imersa nas relações cognitivas estabelecidas por meio da língua de sinais para organização do pensamento, terá mais elementos para passar a registrar as relações de significação que estabelece com o mundo. Diante da experiência com o sistema de escrita que se relaciona com a língua em uso, a criança passa a criar hipóteses e a se alfabetizar. Nesse sentido a experiência com sistema de escrita significa ler esta

escrita, visto que a Leitura é umas das chaves do processo de alfabetização. Ler sinais é fundamental para que o processo se constitua. Obviamente que esse processo de leitura deve estar imerso em objetivos pedagógicos claros no desenvolvimento das atividades a serem trabalhados pelo professor (em sinais).

A escrita alfabética não capta as relações de significação da língua de sinais. Na verdade, ela vai expressar significados que serão organizados pela criança de outra maneira. É de suma importância considerar que a criança surda interaja com a escrita alfabética para que o seu processo de alfabetização em português aconteça de forma hábil. Portanto, sabemos que a realidade do nosso país muitas vezes não é essa, pois a criança surda brasileira pula o rio de um lado para o outro sem ter uma ponte, isso quer dizer que o surdo às vezes é alfabetizado na língua portuguesa sem ter sido “alfabetizado” na língua de sinais.

Para minimizar os impactos desse contexto, sugere-se investir na leitura da própria língua de sinais em que ler os sinais dará subsídios para ler a palavra escrita em português. Todavia as oportunidades que as crianças têm de expressar suas ideias, pensamentos e hipóteses sobre suas experiências com o mundo são fundamentais para o processo de aquisição da leitura e escrita da língua portuguesa. Pensando no contexto das crianças surdas, os professores devem ter conhecimento na língua de sinais, além, é claro, de terem habilidades para explorar a capacidade das crianças em expor suas experiências. Esse é um dos meios mais essenciais para o desenvolvimento da consciência sobre a língua. Por exemplo, as crianças não precisam dizer que uma sentença com oração subordinada é uma sentença complexa de tal ou tal tipo, mas elas precisam ter milhares de oportunidades de usar tais sentenças, pois esse uso servirá de base para o reconhecimento da leitura e elaboração da escrita com significado. São as oportunidades intensas de expressão que sustentam o conhecimento gramatical da língua que dará suporte para o processo da leitura e escrita, em especial, da alfabetização em segunda língua, o português, considerando o contexto escolar do aluno surdo.

Quando a criança já registra suas ideias, histórias e reflexão por meio de textos escritos, suas produções servirão de base para descobertas do mundo e de sua própria língua. Dessa forma o professor precisa explorar ao máximo tais descobertas como instrumentos de interação sociais e culturais entre colegas, turmas e outras pessoas envolvidas com a criança.

O processo mais consciente da aquisição da leitura e escrita, isto é, a etapa mais metalinguística deste processo, é muito importante para o aluno surdo, todavia falar sobre a língua por meio da própria língua passa a ter uma representação social e cultural para a criança que são os elementos importantes do processo educacional. Portanto, é necessário aprender sobre a língua de sinais e a língua portuguesa usando e registrando todas as descobertas através desta língua.

Aprender sobre a língua é uma consequência natural do processo de alfabetização, os alunos passam a refletir sobre a língua, uma vez que textos podem expressar melhor ou pior a mesma informação. Ler e escrever em sinais e em português é um processo complexo que envolve uma série de competências e experiências de vida que as crianças trazem. Essas competências gramaticais e comunicativas são elementos fundamentais para o desenvolvimento da leitura e escrita. Assim, quando o leitor é capaz de reconhecer os níveis de interações comunicativas reais, ele passa a ter habilidades de transpor estes conhecimentos para a escrita. Dessa forma, as crianças precisam internalizar os processos de interação entre quem escreve e quem lê para atribuir o verdadeiro significado à escrita.

Percebemos que falar sobre os processos de interações comunicativas, sobre a língua de sinais e sobre a língua portuguesa escrita são formas de desenvolver a conscientização do valor das línguas e suas respectivas complexidades, logo, esse exercício dará subsídios para o processo de aquisição da leitura e escrita em sinais bem como para o desenvolvimento da leitura e escrita do português como segunda língua.

É imensamente discutida em espaços educativos a leitura dos alunos surdos mediante a língua alvo ou primeira língua de nosso país. Diante disso, entendemos como grande problemática ensinar uma língua escrita a quem desconhece a oralidade. Contudo deve-se investir na inclusão desse aluno. No caso daquele que ainda não conseguir produzir o esperado no ano ao qual está inserido, que se use de meios e ferramentas que proporcionem uma maior interação nesse processo. Como nos mostra a *Revista Escola* (2012, p. 01), uma proposta apresentada para o ensino de Língua Portuguesa de pessoas surdas, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

É importante lembrar que, mesmo que não alcancem os mesmos resultados obtidos pelos alunos ouvintes, os estudantes com

deficiência auditiva precisam participar de todas as aulas. Se o aluno surdo ainda não for capaz de escrever um texto, faça com que ele contribua para as atividades escrevendo listas ou frases sobre o tema abordado. Produções coletivas ou em pequenos grupos também ajudam o aluno a se expressar melhor pela escrita. O importante é que ele sempre conte com o apoio visual da escrita. O professor deve registrar todas as atividades e utilizar recursos diferenciados - como letras móveis ou cores diferentes para designar elementos distintos de uma frase, por exemplo. Fazer com que o aluno surdo sente-se nas carteiras da frente é outra medida essencial, assim como atuar em conjunto com o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Os textos produzidos pelos alunos em sinais e literatura geral em sinais são fontes essenciais para o desenvolvimento desse processo, pois servem de referência para o registro escrito na língua portuguesa. Essas produções podem ser arquivadas por meio de uma videoteca, tal recurso é fundamental para avaliação das produções de outras pessoas, bem como das próprias produções dos alunos. Esse processo de avaliação dever ser interacional, constante e criativo.

Vejamos que no caso do aluno surdo, a percepção da sua produção é diferente da percepção de uma criança ouvinte. O aluno surdo não tem a mesma percepção do que produz e do que vê ser produzido pelo seu interlocutor: Para tanto, ter a oportunidade de explorar a própria produção lendo a si próprio é fundamental para o desenvolvimento cognitivo que sustentará o processo de aquisição da leitura e escrita na língua portuguesa.

Dessa forma, percebemos que o ensino da língua de sinais é um processo de reflexão sobre a própria língua, que sustenta a passagem do processo de leitura e escrita elementar para um processo mais consciente. Esse processo dará sustentação para o ensino da língua portuguesa que pode estar acontecendo paralelamente, pois quando a criança lida de forma mais consciente com a escrita, ela passa a ter poder sobre ela, desenvolvendo, portanto, competência crítica sobre o processo. A criança passa a construir e reconhecer o seu próprio processo, bem como refletir sobre o processo do outro.

3. A aquisição de língua portuguesa escrita como L2

O processo de aquisição da Língua Portuguesa por surdos é de fundamental importância a todos os professores, tanto os de línguas como também os de outras áreas do conhecimento que possam refletir sobre o método mais adequado de ensinar, de maneira que a escrita seja significativa a seus alunos.

É importante salientar que a escola e os educadores são os responsáveis pela inclusão dos alunos surdos no âmbito escolar e social, garantindo-lhes serviços de apoio especializado, currículos adaptados, técnicas e recursos específicos para atender as necessidades educativas especiais, conforme regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996). No entanto, muitos educadores desconhecem a história da educação e a cultura surda, a Libras (Língua de Sinais Brasileira), a forma como os surdos aprendem a escrita da língua oral e também o fato de que esses conhecimentos poderiam facilitar a organização de suas estratégias de ensino.

Na verdade, o ensino da Língua Portuguesa é muito importante como instrumento de produção e escrita, mas não se pode ter o ensino desta como língua materna para os surdos, pois muitas vezes se observa o fracasso quando utilizada como principal meio de ensino da escrita.

A Língua Portuguesa desenvolve no aluno a capacidade de saber localizar, contudo é necessário que sejam utilizados materiais que circulem em seu meio, por isso deve-se aproveitar diferentes tipos de leituras de textos, dos meios de comunicação, como jornais, revistas, dicionário para a solução de dúvidas, o que também auxilia no desenvolvimento das competências e habilidades cognitivas (especialmente raciocínio e linguagem). Visto que, a aprendizagem deve permitir o desenvolvimento do senso crítico e participativo, promovendo a atenção e a socialização.

Para que a aquisição de uma segunda língua seja bem sucedida, quando decorrente do ensino/aprendizagem em sala de aula, ela deve incidir inicialmente sobre os aspectos básicos gramaticais e vocabulários da língua (em contextos socialmente significativos), o que é fundamentalmente diferente do ensino de uma primeira língua, pela qual a criança já chega à escola com o conhecimento básico dessa língua.

A aprendizagem de uma língua está ligada essencialmente ao processo de entrada que é oferecido ao aluno. Na casa de um aprendiz ouvinte, o ambiente familiar

geralmente alimenta esse *input*³, pois se trata da aprendizagem de uma língua oral. No caso do surdo, esse input não é alimentado pelas mesmas vias que o aprendiz ouvinte, apenas pela via visual. Nessas condições, ele pode adquirir naturalmente uma língua de sinais. Para o surdo, a aquisição de uma língua oral só poderá acontecer se ele tiver acesso à sua representação escrita. Portanto é necessário proporcionar ao surdo um contato significativo com a língua escrita.

Quando se trata de ensinar o português para surdos brasileiros, essa língua é encarada como segunda língua, uma vez que estes possuem, em sua maioria, uma língua pela qual se comunicam na comunidade surda que é a LIBRAS, constituindo-se em sua primeira língua. Dessa forma, a língua portuguesa também deve ser ensinada aos surdos com metodologia própria de segunda língua, tendo em vista a diferença de modalidades entre o português e a língua de sinais, já que uma é de modalidade oral-auditiva e a outra de modalidade espaço-visual.

Entendemos que língua materna se aprende pelo contato diário, a criança que nasce no Brasil e vai ainda bebê morar em outro país será capaz de aprender a língua majoritária do novo país e ainda manter sua língua materna caso os pais optem por usá-la em seu âmbito familiar. Isso não é diferente para criança surda filha de pais ouvintes, esta tende a receber a língua portuguesa forçadamente como primeira língua e isso traz grandes prejuízos para a criança.

Se a Libras for considerada sua primeira língua e o português como segunda, será respeitada a identidade da criança surda e esta terá mais chances de não sofrer as desilusões do fracasso escolar, pois a língua de sinais dá ao sujeito surdo possibilidades cognitivas peculiares à linguagem. De acordo com um estudo realizado pela Universidade estadual de Campinas (Unicamp), pela linguista Júlia Maria Vieira Nader. Intitulada “Aquisição tardia de uma língua e seus efeitos sobre o desenvolvimento cognitivo dos surdos”, vemos que,

a sociedade considera inevitável que os surdos tenham dificuldades de aprendizagem, que tenham uma comunicação ‘truncada’, que tenham um atraso no desenvolvimento e, por isso mesmo, devam ser acomodados em determinados lugares restritos, nos círculos sociais e profissionais (UNICAMP, 2012, p. 1).

As famílias encontram na língua o primeiro e maior impedimento em criar um vínculo comunicativo e como a maioria desconhece a libras acabam que atrasando o processo de internalização desta na vida do surdo, o que atrapalha seu aprendizado no português escrito e futuramente este é segregado a um trabalho que limite suas aptidões mentais. No entanto se a criança tem acesso desde cedo à língua a tarefa de aprender uma segunda é bem mais simples, já que existe um canal comunicativo, e a comunidade subentende que o sujeito que domina o português escrito é capaz de realizar atividades de maiores destaques, esquecendo que o surdo deve ser avaliado por sua capacidade de entendimento e interpretação em sua língua materna e o português deve servir como elo de comunicação entre eles e o mundo dos ouvintes ao qual estão inseridos.

4. A inclusão do aluno surdo na sala de aula regular e a avaliação do professor

Sabemos que o trabalho da escola é fundamental no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, diante desta afirmação, é necessário que a escola busque alternativas para garantir à criança o acesso aos conhecimentos escolares na língua de sinais e o ensino da língua portuguesa como segunda língua, envolvendo uma educação bilíngue no contexto educacional do aluno surdo. As diferentes formas de abordar uma educação bilíngue a uma criança em uma escola depende de decisões político-pedagógicas, optando em oferecer uma educação bilíngue de qualidade, onde a escola estará assumindo uma política linguística em que duas línguas passarão a coexistir no espaço escolar. Pedagogicamente, a escola irá pensar em como essas línguas estarão acessíveis às crianças, além de desenvolver as atividades escolares.

Discutir a respeito da educação de surdos implica discutir sobre a inclusão escolar, tratada mundialmente. Na década de 1990, muitos países assumiram a inclusão como tarefa fundamental da educação pública e diferentes tentativas foram colocadas em prática buscando viabilizá-la. Muitos estudiosos no interior como Bunch (1994), Cohen (1994) e Kirchner (1994) e Silveira Bueno (1994), Massota (1996) e Sassaki (1997), no Brasil, entre outros, argumentaram que todos os alunos devem ter as mesmas oportunidades de frequentar classes regulares próximas a sua moradia.

Este paradigma educacional se diferencia ao anterior de educação especial, que favorecia a estigmatização e a discriminação. O objetivo principal do paradigma

inclusivo sustenta-se em uma filosofia que defende a solidariedade e o respeito mútuo as diferenças individuais, pela relevância da sociedade aprender a conviver com as diferenças.

Segundo estudos realizados, o maior problema na inclusão dos surdos é o acesso à comunicação, no entanto é importante que sejam realizadas diversas intervenções como a amplificação sonora, a tradução simultânea, o apoio de intérprete de libras, entre outros recursos pedagógicos e humanos.

A Declaração de Salamanca (1994), a lei de Diretrizes e Bases (9394/96) são documentos norteadores que asseguram o processo educativo inclusivo.

Nesse sentido, podemos dizer que a escola não estar preparada para receber o aluno surdo, porém para que essa realidade aconteça de forma inclusiva, faz-se necessário que o professor esteja preparado, no entanto isso ainda precisa ser fortalecido. Vale salientar que o professor é o elemento principal para a formação da educação inclusiva, em que irá viabilizar na sala de aula as condições necessárias para atender todos os alunos em suas necessidades e peculiaridades. Sendo assim, é de grande necessidade que haja mudanças nas formações de professores, visto que essa tarefa é bastante delicada nos tempos atuais em que as matrizes curriculares nos cursos superiores de licenciatura devem ser transformadas.

Pois como podemos falar na inclusão do surdo, se o professor no seu período acadêmico, nunca ouviu falar, ou foi estimulado pelo menos a pensar no assunto? Na tentativa do oferecimento de uma educação igualitária, o educador deve primeiramente pensar como agente inclusivo, se sentir realmente à vontade para praticar a inclusão em suas aulas? Conhecer-se como professor e suas reais limitações é o primeiro passo.

A partir daí, unir forças com o grupo escolar para que sejam traçadas estratégias de atendimento e ensino ao surdo (como os currículos das disciplinas podem ser adaptados para que o surdo sinta-se inserido neles, e quais as suas contribuições para adequar o ensino aos alunos surdos).

É necessário que haja uma reflexão individual e interna sobre o que é incluir e respeitar o outro em suas diferenças, pois, nada adianta o estabelecimento de leis e obrigações, se o professor que é o papel principal da inclusão não estiver preparado ou não abraçar a causa para realizar o seu trabalho. Todavia, sabe-se que o trabalho docente é uma ação de extrema complexidade, logo, reconhecer suas dificuldades fará com que estabeleçam metas para o seu aperfeiçoamento em que encontrará

caminhos para a confecção de um currículo flexível: De acordo com Mantoan (2006, p.16) aponta:

Em síntese, a inclusão escolar é um forte chamamento para que sejam revistas as direções que estamos alinhando nosso leme, na condução de nossos papéis como cidadãos, educadores, pais, precisamos sair das tempestades, destes tempos conturbados, perigoso e a grande virada é decisiva. Muito já tem sido feito no sentido de um convencimento das vantagens da inclusão escolar. Embora não pareçam, as perspectivas são animadoras, pois as experiências inclusivas vigentes têm resistido às críticas, ao pessimismo, ao conservadorismo, as resistências. A verdade é implacável e o tempo e a palha estão amadurecendo as ameixas.

Diante das discussões sobre a inclusão do surdo na sala de aula do ensino regular, sabe-se que, constitucionalmente, ele tem direito à educação e à saúde, bem como a ter um intérprete para auxiliá-lo nas aulas, traduzindo da língua oral para a língua de sinais e vice-versa. Contudo, muitas vezes o surdo é considerado um estranho dentro de sua própria comunidade por não dominar a língua de sinais, o que dificulta ou desfavorece sua interação, uma vez que não consegue estabelecer comunicação com outro surdo nem com o ouvinte.

Tratando de inclusão do surdo essa, não está ocorrendo de maneira efetiva, apesar de ter como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como primeira língua a de sinais que é considerada a sua língua natural e como segunda língua a oficial do seu país, os alunos surdos estão sendo inseridos em classes de ouvintes e o ensino do Português vem sendo ministrado num contexto de 1ª língua, numa concepção oralista, ou seja, passa a aprender uma língua que ele desconhece sua base linguística e sem a prática social de leitura e escrita. Vale ressaltar que o surdo precisa de um tempo maior para desenvolver sua aprendizagem, tendo em vista que essa depende de uma segunda língua para acontecer.

Dessa forma pode-se afirmar que a língua portuguesa será a língua de instrução do surdo e que o ensino desta como segunda língua do acontecerá na sala de recursos, uma vez que os intérpretes assumirão seu papel na sala de aula, visto que os serviços de intérpretes de língua de sinais devem estar presentes desde o início da escolarização. Nesse contexto, os intérpretes acabam assumindo a função dos professores, utilizando a língua de sinais como língua de instrução. Existem lugares em que os professores desconhecem libras e a escola não tem estrutura e os

recursos e o currículo é apenas um significativo instrumento que serve tanto para desenvolver e transformar conhecimentos, quanto para socializar os alunos, refletindo sobre seus valores.

As adaptações curriculares condicionam todo o ensino à oralidade, o qual não há preocupação com o processo da construção da identidade, e o respeito à diferença, pois muitos dos currículos utilizados, tanto nas escolas especiais como nas próprias escolas de surdos são de ouvintes “adaptados”.

O existencialismo curricular angustiante se amplifica e ramifica ainda mais nas escolas para surdos por uma razão evidente: quem está presente nesse currículo, além do homem branco, letrado, profissional, etc., é, sobretudo, o homem falante/ouvinte; o homem que ao escutar e ao falar, informar, teorizar e opinar se refere de maneiras excludentes a esse mesmo homem (SKLIAR, 1997, p 245).

É preciso refletir sobre a aprendizagem desses sujeitos como uma possibilidade de construir sua identidade, sua cidadania, atender as especificidades, promovendo o desenvolvimento e a construção do sujeito.

[...] se a base da cultura surda não estiver presente no currículo, dificilmente o sujeito surdo irá percorrer a trajetória de sua nova ordem, que será oferecida na pista das representações inerentes às manifestações culturais (PERLIN, 2000, p. 23).

Nesse contexto, as atividades e práticas de ensino devem ser refletidas, obter propostas que contextualize a realidade de cada aluno; promovendo a auto estima, não deve haver acomodação e desrespeito a cultura, os surdos devem conviver num processo que possibilite o conhecimento deles enquanto indivíduo. A escola deve ser a grande formadora de sujeitos, construindo valores, direitos e comportamentos, obterem relações afetivas, cognitivas e pedagógicas em suas práticas. Pois somente com um currículo adequado haverá êxito nos objetivos a serem trabalhados.

Independentemente do contexto de cada escola, a educação dos alunos surdos deverá ser uma educação bilíngue, mas para que isso aconteça faz-se necessário a presença de professores bilíngues. Enfim pensar em ensinar uma segunda língua pressupõe a existência de uma primeira língua.

5. Propostas de atividades para o ensino de língua portuguesa

Levando em consideração que as crianças surdas geralmente chegam às escolas sem o pleno domínio da língua de sinais, sua primeira língua (L1), é importante que o espaço para aprendizagem seja organizado de maneira que se trabalhe individualmente com as línguas em conjunto. Porém percebe-se que a maioria dos professores utiliza o sistema alfabético, para representar palavras que os surdos nunca tinham visto antes, com isso seu aprendizado inicial é realizado através da língua portuguesa e esse método trará dificuldades no processo de alfabetização do surdo em sua primeira língua. Portanto nos primeiros contatos com a língua escrita as palavras serão “fotografadas” e memorizadas no dicionário mental se a elas corresponder alguma significação.

As atividades a serem desenvolvidas com os alunos deverão ter como objetivo estabelecer a relação simbólica entre palavras figuras e seu sinal, combinando adequadamente cada significante com seu significado nisso disponibilizará aos alunos possuir uma aquisição da L1 e L2 ao mesmo momento.

É necessário que os professores estimulem em seus alunos surdos à leitura e escrita da língua portuguesa como segunda língua. Assim, as atividades serão antecedidas pela leitura de textos em sinais, logo, quando o professor planejar um texto será necessário que ele prepare recursos visuais, como figuras ilustradas referentes ao tema abordado, usando esses recursos o professor contribuirá para a compreensão do aluno. Em relação à importância do professor como mediador no processo de inclusão do surdo na sala de aula, Galafassi *apud* Maestri (2007, p. 30) nos descreve:

É preciso que os professores tenham conhecimento da surdez e percebam que precisam utilizar em sala de aula estratégias visuais e contextualizadas, já que a utilização somente da fala fará com que esses alunos não participem da mesma forma que os ouvintes.

A leitura precisa estar contextualizada, pois os alunos que estão se alfabetizando em uma segunda língua precisam ter condições de “compreender” o texto, isso significa que o professor irá precisar de instrumentos para que seu aluno chegue à compreensão. Acreditamos também que deve ser provocado no aluno o interesse pelo tema da leitura por meio de uma discussão prévia do assunto, ou

através de uma brincadeira ou atividade que os conduza a entender, podendo assim, facilitar a compreensão do texto.

Existem, pelos menos, dois tipos de leitura quando se discute esse processo na aquisição da segunda língua: a leitura que alcança as informações gerais do texto, ou seja, dá uma ideia mais geral do que o texto trata, e a leitura que apreende informações mais específicas, isto é, adentra em detalhes do texto que não necessariamente tenha implicações para a compreensão. Esses dois tipos de leitura são importantes quando se está aprendendo a ler em uma segunda língua, podendo assim ser objetivo de leitura ao longo do processo de aquisição.

O professor precisa preparar as atividades de leitura visando um e/ou outro nível de acordo com as razões que levarão os alunos apresentarem interesse em ler um determinado texto. Nesse sentido, a motivação para ler um texto é imprescindível. A criança surda precisa saber por que é para que está lendo. O assunto escolhido como temática na leitura varia de acordo com as atividades e interesses dos alunos. Estimular nos alunos, durante a leitura a curiosidade pelo desenrolar dos fatos no texto é fundamental. No caso de histórias, por exemplo, pode-se parar a leitura em um ponto interessante e continuá-las somente em outro momento, deixando a expectativa do que irá acontecer, permitindo que opinem sobre o desfecho e comparando posteriormente com o final escolhido pelo autor.

É necessário que o professor converse na língua de sinais sobre o que a leitura estará tratando. Isso não necessariamente implica em ler o texto em sinais, mas sem conversar sobre o texto ou trazer o texto para dentro do contexto das atividades já em desenvolvimento na sala de aula. Além disso, muitas vezes discutir sobre alguns elementos linguísticos presentes no texto podem ser muito útil para o aluno que está aprendendo a ler.

Trabalhar com palavras-chave também será muito útil para o novo leitor. Isso significa listar o vocabulário presente no texto, mas discutir com os alunos sobre as palavras que aparecem, estimulando-os a buscar o seu significado. Outra sugestão é estimular a busca no dicionário, desde que isso não se aplique ao texto inteiro.

Deve-se também oferecer atividades de leitura em uma segunda língua como alguns tipos de textos. Conforme Quadros (1997), os textos apresentados aos alunos surdos devem ser textos verdadeiros, ou seja, não se simplificam os textos que existem, mas se apresentam textos adequados à faixa etária das crianças. Por isso,

os contos e histórias infantis são apropriadas para os anos iniciais do ensino fundamental. Além desses tipos de textos, é possível trabalhar com história em quadrinhos, texto jornalísticos, trechos de livros didáticos entre outros. O mais importante é o texto fazer sentido para a criança no contexto da sala de aula e para sua vida.

Assim, na medida em que o aluno compreender o texto, ele começa a produzir, pois a escrita é um processo que se constrói por meio de registro das atividades realizadas na própria sala de aula e das experiências vivenciadas pela própria criança. A leitura e a escrita de um texto devem ter um significado real para a criança. No entanto, cabe ao professor confeccionar pequenos livros com os alunos contendo histórias criadas por ele ou ilustrar textos já trabalhados, seja um livro para cada história ou ainda a coletânea de história da turma num mesmo livro que circule entre ela, com o direito de levá-lo para casa a fim de mostrá-lo a família apresentando um significado real à função de escrever. Outra possibilidade ainda seria agrupar os livros para ler, os textos produzidos também podem ser apresentados aos colegas ou à biblioteca da escola, ou ainda serem expostos numa feira ou em um evento especial como possibilidade de serem lidos.

Nesse sentido, o mais importante para iniciar a produção escrita com o surdo, é fazer com que ele consiga expor seu pensamento, percebendo assim, que não há necessidade de preocupar-se com a estruturação frasal na língua portuguesa, visto que isso só acontecerá futuramente quando o aluno estiver mais seguro em relação a sua produção escrita.

É necessário que o professor tenha muito cuidado com o que seu aluno surdo produza, para que esse momento não lhe cause frustrações, mas que possam ser atraentes, desafiadoras e que toda sua produção seja valorizada, mesmo que para o professor seja simples, deve valorizar a proposta e levá-lo a produzir o seu pensamento, fazendo com que perceba que seus pensamentos são importantes e que serão registrados.

Diante da problemática aqui apresentada, pode-se observar o quanto o surdo deixou de ser ouvido em suas especificidades e direito tanto de assumi-las quanto de propagá-las calados por uma educação que não lhe permitia acesso à cultura, informação e formação. No entanto a cada dia, encontramos um grupo cada vez maior de pessoas interessadas em conhecer, discutir, defender e participar de uma proposta realmente inclusiva. Que respeite o tempo do surdo em aprender e seja

um facilitador nesse processo. Apesar de todas as dificuldades vividas por estes, a língua e cultura dos surdos não morreu, e os membros desta comunidade passaram a conhecer e reivindicar seus direitos perante a sociedade, dentre eles a de que sua língua fosse não apenas reconhecida, mas também introduzida dentro da escola e na sociedade. Além de passarem a ser vistos como pessoas dotadas da capacidade de aprender, desde que algumas ferramentas sejam acrescentadas em seu campo de aprendizagem. Assim deixaram de ser vistos como pessoas deficientes, incapazes de aprender e serem reconhecidos como cidadãos.

Resta-nos ainda, enquanto sociedade formadora de espaços humanitários, cobrar para que todos os direitos de Lei descritos na Constituição de nosso país saiam do papel e passem de fato a fazer parte da vida desses, que até hoje militam na luta contra a discriminação sócio cultural de pessoas com necessidades educacionais especiais entre elas, os surdos.

6. Considerações finais

Pretendemos mostrar neste trabalho a importância da LIBRAS no ensino de língua portuguesa escrita como segunda língua através de estratégias de atividades que podem ser adequadas para o ensino dos surdos, porém a maioria das crianças não tem o contato com a L1 gestual-espacial no momento adequado, visto que a maioria das famílias desconhecem a língua materna de seus filhos, no entanto esse fator prejudica o desenvolvimento da capacidade da linguagem de forma natural a qual acarreta várias dificuldades para a aquisição de uma L2. Além destas, ainda existem dificuldades também no panorama educacional brasileiro e na manutenção financeira de recursos didáticos apropriadamente visuais cujas estratégias pedagógicas demandam investimentos contínuos de manutenção, modernização e qualificação do pessoal docente.

Diante de todas estas dificuldades apresentadas, acreditamos que o professor deve repensar suas práticas pedagógicas, pois não basta apenas aceitar a criança surda na sala de aula, mas sim, respeitar sua condição bilíngue, assumindo a língua de sinais neste espaço, visto que a questão da surdez não foi considerada de forma integral. Desta forma é de suma importância que a escola elabore um projeto educacional comprometido que reveja as estratégias pedagógicas, a organização do espaço acadêmico, o currículo proposto de maneira a contemplar as necessidades específicas características da comunidade surda.

Essas mudanças no ensino em busca de uma proposta inovadora devem contemplar os anseios da educação inclusiva, baseada em princípios e leis que reconheçam a necessidade de uma educação para todos, aclarando que esta inovação pedagógica deve contemplar em primeiro uma escola que se adapte ao aluno, e não o aluno a escola. Em segundo, que o professor, considerado o autor determinante da transformação da escola, seja preparado adequadamente para gerenciar o acesso às informações e conhecimentos.

Considera-se, que este é o papel fundamental da educação, fazer com que as pessoas passem a refletir, pois só assim será possível vencer os desafios impostos pela mesma sociedade que exige a “inclusão”, valorizando, garantindo e respeitando os surdos como seres humanos participativos de uma sociedade que inclui e não que exclui, oferecendo a eles o mesmo respeito que gostaríamos de receber do outro. Esta

ideia nos permite repensar sobre a prática pedagógica do professor diante do processo inclusivo.

Portanto, essa pesquisa buscou mostrar a todos os envolvidos na educação dos surdos que a inclusão nos faz perceber, repensar e inovar o nosso currículo pessoal e profissional para uma inclusão de qualidade que alcance a todos.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº. 9394, de 20/12/1996

BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22/12/2005.

BRASIL, LEI nº 8.069, de 13/07/1990.

BRASIL, Lei de Libras nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. UNIESCO. 1994.

FELIPE, Tanya Amara. **Bilinguismo e surdez**. Anais I Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1983.

_____. **LIBRAS em contexto**: Curso básico: Livro do estudante. 8ª ed. Rio de Janeiro: WalPrint, 2007.

FERNANDES, Eulália. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1990.

_____. **Linguagem e Surdez**, Artemed, Porto Alegre, 2003. SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação, Diretoria de Orientação Técnica Projeto Toda Força ao 1º Ano: Contemplando as especificidades dos alunos surdos / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2007.

GALAFASSI, Flaviane. O papel do professor no aprendizado da escrita dos surdos. Revista Aprende Brasil. Ano 3-nº 16 de abril/maio de 2007.

GOÉS, M.C.R. **Linguagem, Surdez e Educação**. Editora Autores Associados. Campinas. 1996.

_____. **Linguagem, Surdez e Educação**. 2ª ed. Campinas, SP: autores associados, 1999. – coleção (educação). contemporânea).

_____. (2000) **Com quem as Crianças Surdas Dialogam em Sinais?** In. LACERDA, Cristina B. F. de & Góes, Maria Cecília Rafael de. (orgs.) **Surdez: Processos Educativos e Subjetividade**. São Paulo: Editora Lovise.

LIBRAS É LEGAL. **Viva as diferenças**. Porto Alegre: FENEIS, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira** - Estudos Lingüísticos, 2004. Ed 1. Artmed Psipedagogi.

QUADROS, Ronice Muller de. **Ideias para ensinar português para surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**: Estudos linguísticos. Porto Alegre. Artes Médicas. 2004.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos**, vol. 2 - caminhos para a prática pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2005.

SKLIAR, Carlos B. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Editora Mediação. Porto Alegre.1998.

